

Autarca de Esposende revoltado com novas regras de revisão do PDM

Mais vale fechar a Câmara

Uma lei aprovada pelo governo colocou as câmaras em xeque-mate. Impe- de a realização de qualquer licenciamento no período de revisão dos planos directores municipais. Apanhada já em fase de alteração do PDM, a Câmara de Esposende adverte que se a legislação não alterada mais vale fechar as portas. Alega que sem receitas das taxas de construção nada poderá fazer.

As questões ambientais têm sido um verdadeiro "calcanhar de Aquiles" para a Câmara de Esposende. Em curso está a revisão do Plano Director Municipal. São de esperar alterações de fundo?

Alterações de fundo não estão previstas, porque o processo de revisão do Plano Director Municipal não permite grandes alterações estruturais. O processo, que é muito burocratizado, foi iniciado há cerca de um ano. Neste momento, estamos a estabelecer contactos com o Gabinete que elaborou o PDM, para que seja ele a fazer as alterações. Só que, entretanto, surgiram algumas condicionantes que atrasam o processo.

Quais?

Refiro-me à publicação de nova legislação sobre o ordenamento do território, que veio condicionar bastante o processo de revisão do PDM. Com a lei em vigor, se a Câmara avançar para a revisão do Plano chega a um ponto - a fase da discussão pública, aprovação e homologação - em que não pode fazer um único licenciamento. O período em causa demora, em média, cinco meses. É como a principal fonte de receitas das autarquias são as taxas, o cumprimento da lei inviabiliza o funcionamento normal de qualquer câmara. No caso de Esposende, não fazer licenciamentos durante cinco

meses equivale a fechar as portas. Mesmo os concelhos que já tinham os seus processos muito adiantados, pararam nesta fase para ver o que será feito. Porque não é possível aguentar uma câmara, não fazendo licenciamentos durante cinco meses.

Estão à espera de uma nova alteração da lei?

Estão. E espera-se que o governo avance com a alteração desta legislação, que foi aprovada em finais do ano passado. No meu entender, a alteração legal foi feita em cima da secretária, sem conhecimento da realidade e das consequências que a aprovação implicou. Mas se a legislação em vigor não for alterada, Esposende também vai suspender o processo. De outro modo, mais valia encerrar as portas da Câmara durante todo o tempo que medeia entre a discussão pública e a homologação das alterações.

Vai haver muitas mexidas no ordenamento do território?

As alterações a fazer resumem-se, essencialmente, à adaptação do PDM ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), que em determinadas matérias, contraria e sobrepõe-se ao Plano Director Municipal. É também necessário adaptar o nosso PDM aos dos concelhos vizinhos, porque não tem grande lógica que a zona limite entre dois concelhos não tenha a mesma classificação. Acontece que o mesmo terreno seja reserva agrícola, do lado de um concelho, e área de construção, do outro lado. Há, inclusive, locais que não estão disciplinados por nenhum PDM. Isso passa-se, nomeadamente, numa zona entre Esposende e Barcelos.

O facto de o ordenamento do território deste concelho estar entregue a quatro instituições - Câmara, Ministério do Ambiente, Instituto da Água e Área da Paisagem Protegida do Litoral de Esposende - não dificulta a própria gestão?

Sem dúvida. Ainda há pouco tempo disse ao



“Não tenho grandes dúvidas que houve fortes pressões aquando da aprovação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira. Na altura, havia uma guerra surda, que chegou a ser bastante ruidosa, entre a Câmara de Esposende e o director da Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende.”

“Não tenho dúvidas que na mente de algumas pessoas já se começa a perspectivar a ideia de exercer algumas pressões sobre a Câmara, para que estes ou aqueles terrenos passem a ter viabilidade de construção. Mas há uma coisa que me deixa muito descansado: é o facto de não ser a autarquia a aprovar eventuais reclassificações de terrenos”

secretário de Estado do Ambiente que é inconcebível que num país tão pequeno como o nosso a gestão da área costeira envolva cerca de 90 entidades diferentes. Isto é impensável. Gera muitos conflitos. Não digo de interesses, mas de políticas e de perspectivas para o ordenamento do território. Daí que seja muito complicado gerar consensos na fase da elaboração dos documentos norteiam a gestão do território: fazem-se sempre muitas reuniões; gera-se muita discussão e nem sempre o resultado final é o que ficou acordado entre todos os parceiros...

Foi isso que aconteceu com a aprovação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC)?

Repare: quando se chega a uma fase de aprovação de determinados planos, a única coisa que resta fazer é que as instituições intervenientes passem a respeitar esses planos. Na elaboração do POOC, fizemos muitas reuniões e houve muita discussão; chegou-se a uma versão final do Plano, com o acordo de todos os intervenientes, excepto de um - o director da Área de Paisagem Protegida. Mas depois foi publicado um documento que corresponde exactamente à posição defendida por um único interveniente e não ao que foi deliberado. Para mim, isto é grave. Mas mais grave é ainda a ilegalidade do processo.

Está a querer dizer que o POOC é ilegal?

Publicar-se um documento diferente do aprovado após a discussão pública, deveria remeter para nova discussão... A verdade é que fez-se tábua rasa do período de discussão pública. E, para mim, isso é uma grande ilegalidade. Perante isto, gostava de saber o que é que pensa o Instituto Nacional da Água, que defendeu a mesma posição da Câmara Municipal, e que é uma instituição muito mais importante que a Área de Paisagem Protegida.

Joaquim M. Fernandes